AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Open Government Partnership Portugal

XXI Reunião da Rede Nacional de Administração Aberta

27 abril 2023

REPÚBLICA PORTUGUESA

OGP – RNAA | AGENDA

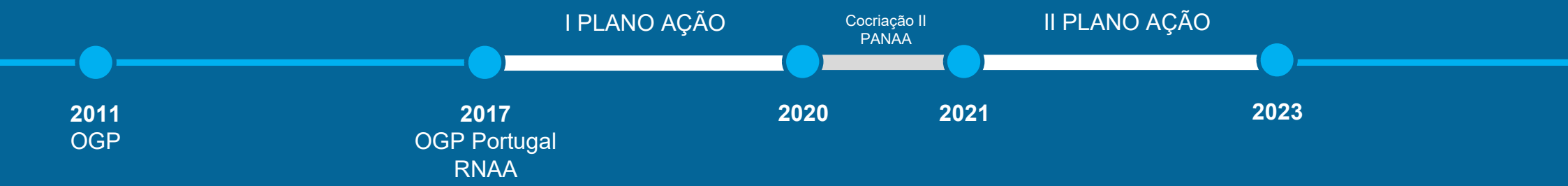
08:45 | Receção dos membros da Rede Nacional da Administração Aberta
09:00 | Abertura da reunião | Conselho Diretivo AMA | João Dias e Elsa Castro
09:30 | II Plano de Ação Administração Aberta | Ponto de situação
10:00 | Estatutos e alargamento da Rede
10:30 | Análise e discussão da abordagem ao III PANAA
| Ronda de apresentação e discussão de propostas pelos membros da Rede
| Validar o processo e a cronologia das fases de Cocriação e Desenvolvimento do III Plano de Ação
11:30 | Open Gov Week | Alinhamento programático
12:00 | Outros assuntos & Encerramento

OGP – RNAA | COMPROMISSO

- Promover a transparência
- Fomentar a participação publica
- Combater a corrupção
- Utilizar as novas tecnologias para fortalecer a democracia participativa

OGP – RNAA | LINHA DE TEMPO

- Iniciativa Multilateral lançada em 2011
- Portugal aderiu em 2017 e AMA foi designada Ponto Focal
- Criação da Rede Nacional de Administração Aberta
- Criação e Implementação do I Plano de Ação Nacional de Administração Aberta
- Criação e Implementação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta



OGP – RNAA | MEMBROS DA REDE

ENTIDADES PÚBLICAS

- Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
- Autoridade Tributária e Aduaneira
- Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
- Provedora de Justiça
- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

SOCIEDADE CIVIL

- Associação Nacional de Jovens Empresários
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Plataforma de Associações da Sociedade Civil
- Transparência Internacional

OGP – RNAA | II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA
COMPROMISSOS

Open Government Partnership Portugal

#1 - Implementar o portal único da educação

#2 - Desenvolver assistência virtual autónoma no Portal das Finanças

#3 - Desenvolver canais de atendimento inclusivos no acesso a serviços públicos

#4 - Criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados

#5 - Evoluir e divulgar o portal Dados.gov

#6 - Alertar e capacitar para as questões da cibersegurança

#7 -Reforçar a transparência através do reforço do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)

#8 - Incrementar a transparência e a prevenção da corrupção na implementação do PRR e na aplicação de fundos públicos

#9 - Promover a cidadania através do reforço do acesso à informação (+Informação +Cidadania)

OGP – RNAA | II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA
EXECUÇÃO

Open Government Partnership Portugal

#1 - Implementar o portal único da educação

0 50 100%

#2 - Desenvolver assistência virtual autónoma no Portal das Finanças

0 50 100%

#3 - Desenvolver canais de atendimento inclusivos no acesso a serviços públicos

0 50 100%

#4 - Criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados

0 50 100%

#5 - Evoluir e divulgar o portal Dados.gov

0 50 100%

#6 - Alertar e capacitar para as questões da cibersegurança

0 50 100%

#7 -Reforçar a transparência através do reforço do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)

0 50 100%

#8 - Incrementar a transparência e a prevenção da corrupção na implementação do PRR e na aplicação de fundos públicos

0 50 100%

#9 - Promover a cidadania através do reforço do acesso à informação (+Informação +Cidadania)

0 50 100%

II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

EXECUÇÃO POR COMPROMISSO

Compromisso 1

Implementar o portal único da educação

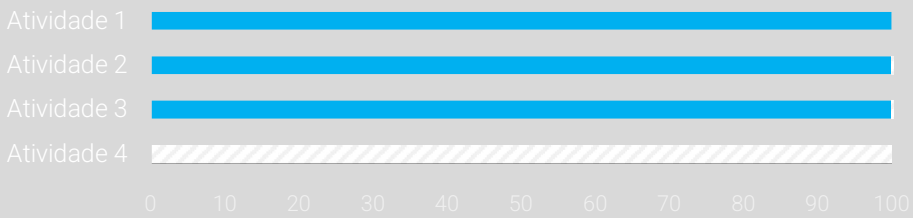
Criar uma porta de entrada única (Portal Único da Educação) que agregue plataformas e portais de entidades públicas relativos a eventos de vida escolar do ensino obrigatório em Portugal. O Portal deverá garantir:

- A simplificação do login e a utilização do mesmo gestor de entidades, adotando os princípios de autenticação.gov;
- O cumprimento dos padrões existentes em Portugal relativos ao serviço público;
- Uniformização face a outros serviços e portais existentes;
- A auscultação prévia de diferentes grupos de potenciais utilizadores, nomeadamente, estudantes, encarregados de educação, professores e funcionários.

Atividades macro

1. Levantamento dos serviços a integrar no portal e dos procedimentos subjacentes.
2. Disponibilização do Portal (fase 1) - disponibilização de portais públicos sem ser necessária a autenticação
3. Disponibilização do Portal (fase 2) - disponibilização dos serviços que requerem autenticação e área pessoal.
4. Avaliação das funcionalidades do Portal e identificação de correções e desenvolvimentos.

Ponto da situação



De acordo com o Decreto-Lei n.º 38/2022, de 30 de maio, as competências em matéria de sistemas de informação transitaram da DGEEC para o IGeFE, IP.

O Ministério da Educação criou o E360, um sistema integrado de gestão do aluno, que visa consolidar de forma centralizada, fiável, segura, os processos de gestão escolar dos alunos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário destinado a Encarregados de Educação, Docentes, Escolas e organismos centrais do Ministério da Educação.

Evidência do Portal E360
https://acesso.edu.gov.pt/sso/login.html

Os concorrentes do compromisso estão a redefinir o âmbito. Das atividades.

Compromisso 2

Desenvolver assistência virtual autónoma no Portal das Finanças

Robustecer o apoio fiscal prestado aos contribuintes, implementado uma linha de apoio disponível em permanência (24/7), que possibilite:

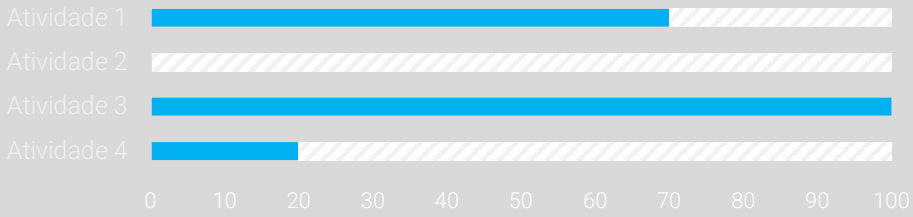
- a prestação automática de esclarecimentos;
- a celeridade e precisão nas respostas.

Complementarmente, que contribua para potenciar o cumprimento voluntário e a redução da litigância, para reforçar e aumentar a confiança dos cidadãos e contribuir para a inovação dos serviços prestados.

Atividades macro

1. Reforço da prontidão tecnológica e semântica.
2. Implementação de módulo de diagnóstico da relação, assente em indicadores recolhidos em back office e em focus group.
3. Treino e ajuste contínuo da prestação para aumento da eficiência.
4. Reavaliação e melhoria contínua.

Ponto da situação



A AT está a efetuar a alteração da plataforma do assistente virtual, num constante trabalho de melhoria na prontidão tecnológica e semântica, de modo a garantir a eficiência do atendimento. Da mesma forma estão a trabalhar na simplificação da linguagem.

Paralelamente, introduziram a componente de módulo de voz, de forma a facilitar e tornar mais inclusivo o atendimento.

O número de acessos ao assistente virtual duplicou e durante a campanha de IRS quase quadruplicou.

Compromisso 3

Desenvolver canais de atendimento inclusivos no acesso a serviços públicos

Disponibilizar canais de atendimento inclusivos de acesso a serviços públicos de modo a:

- aumentar a disponibilização de soluções telefónicas, de videoconferência, chat ou outras ferramentas de inclusão digital;
- reforçar a disponibilidade de opções multilíngue e da língua gestual portuguesa, sempre e quando aplicável.

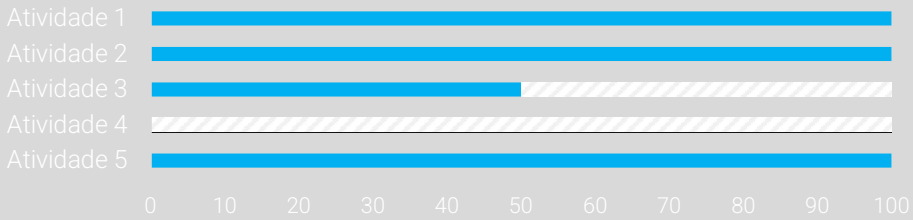
Tais alterações devem ser precedidas de uma auscultação prévia de diferentes grupos de potenciais utilizadores.

Atividades macro

1. Levantamento dos serviços mais procurados e aferir capacidade de resposta a perfis de utilizadores com vulnerabilidades.
2. Desenho detalhado do modelo de trabalho por atendimento em videoconferência, nos fluxos serviço-utente e utente-serviço.
3. Adaptação do serviço para responder às necessidades e dificuldades dos utilizadores com vulnerabilidades.
4. Testes e correções.
5. Disponibilização de pelo menos três serviço com atendimento inclusivo.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



Foi constituída uma parceria entre a AMA, INR, ACM e CIG. Para este projeto destacam-se 3 eixos de atuação:

- EIXO 1 - Desenvolvimento de ações piloto nos canais presencial, telefónico, videochamada e web, nas Lojas de Cidadão, Linha do Cidadão e portal ePortugal, para teste e desenvolvimento de abordagens de atendimento adequadas às diferentes necessidades e especificidades dos cidadãos e cidadãs.
  - Piloto nas LC Aveiro, Setúbal, Faro a decorrer de julho a dezembro, nos canais presenciais, videochamada web e telefónico (25 JUL);
- EIXO 2 - Conceção de Conteúdos Pedagógicos, Tutoriais e Programas formativos e de capacitação dos profissionais de atendimento das Lojas de Cidadão, adequados aos novos desafios e ao que se pretende seja o atendimento do futuro nas matérias da inclusão e não discriminação.
  - Conceção de programas formativos e de capacitação dos profissionais de atendimento no contexto do atendimento inclusivo;
  - A formação inicial ocorreu de 20-28 de junho, e registou um total de 81 formandos, trabalhadores nas LC piloto (AMA, IEFP, AT, SEF, CMF, IRN, ISS e IMPIC).
  - A componente online do curso decorreu em julho.
- EIXO 3 - Elaboração e divulgação de guiões e orientações nos temas dos direitos humanos, acessibilidade, inclusão e não discriminação, para toda a Administração Pública.
  - Construção de 3 subguias para o atendimento inclusivo

Compromisso 4

Criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados

Desenvolver e divulgar um Manual de Boas Práticas para a partilha de dados entre os organismos da Administração Pública, integrado no modelo comum de desenvolvimento de serviços digitais, com o objetivo de:

- Aumentar e normalizar o nível de conhecimentos e a nomenclatura apropriada pelos diferentes organismos;
- Servir de base de conhecimento para o desenvolvimento de projetos neste âmbito.

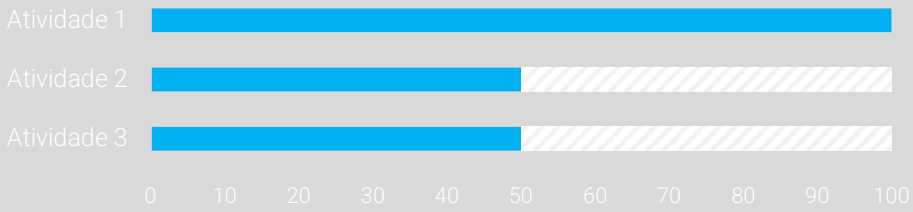
A criação deste documento deverá garantir o:

- O envolvimento de entidades públicas e parceiros da sociedade civil;
- O cumprimento dos requisitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Atividades macro

1. Publicação do manual de boas práticas para a disponibilização na IAP.
2. Sessões de workshops sobre boas práticas de interoperabilidade.
3. Melhoria dos processos de interoperabilidade.

Ponto da situação



Foi lançado o portal mosaico com boas práticas para a utilização iap, guias de apoio, indicações sobre interoperabilidade como informações sobre o carácter legal, organizacional e tecnológico e com outras ferramentas práticas.

Destacamos o ws de transformação digital da Administração Pública com o tema Mosaico, a ferramenta para o desenho e desenvolvimento de serviços públicos digitais centrados nos cidadãos e nas empresas.

WS dedicado ao tema da interoperabilidade promovendo a partilha de dados na Administração Pública.

Disponibilização de informação da plataforma iAP em https://www.iap.gov.pt/ onde se inclui a descrição dos serviços que podem ser usados, o catálogo de serviços disponíveis.

Existem desenvolvimentos a serem feitos no sentido de disponibilizar novas formas de acesso e interação com as entidades registadas na IAP.

Compromisso 5

Evoluir e divulgar o portal Dados.gov

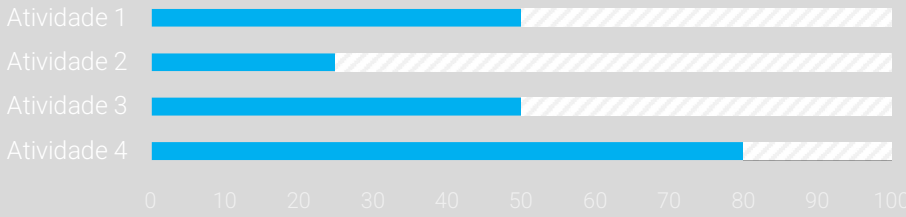
Evoluir o portal dados.gov, através de:

- Novas componentes para melhorar a análise dos dados, bem como a sua fiabilidade;
- Maior volume de dados disponibilizados, incrementando o portfólio de entidades públicas;
- Investimento na comunicação e pedagogia sobre o Portal para informar e auscultar as necessidades da sociedade civil.

Atividades macro

1. Realizar um inquérito, a ser distribuído pelas entidades, com o propósito de aferir o nível de envolvimento com o dados.gov, a necessidade de dados, o grau de maturidade na partilha de dados e o ponto de situação sobre o cumprimento da Directiva (UE) 2019/1024.
2. Realização de focus group para auscultar as necessidades dos utilizadores.
3. Realizar workshops com a sociedade civil para aumentar a envolvência sobre esta temática.
4. Introduzir melhorias no Portal dados.gov

Ponto da situação



O Portal dados.gov está em constante desenvolvimento e atualização tendo em vista a melhoria do portal e a disponibilização de mais dados.

Igualmente têm sido realizados workshops com a academia e sociedade civil para garantir a auscultação das necessidades e oportunidades de melhoria, concretamente:

- Open Gov Week 2022 - Webinar, com 61 participantes e 112 comentários de propostas de oportunidades futuras.
- Webinar dados abertos - 2 dez 2022 – debate de oportunidades e desafios.
- Workshop sobre Estratégia de Dados na Administração Pública (AP) – 20 jan 2023 – discussão de 20 temas.
- Open Gov Week 2023 – Webinar dedicado ao Portal Mais Transparência, dados abertos. Cerca de 160 participantes.

Fonte de Informação: Plataforma Dados.gov

Compromisso 6

Alertar e capacitar para as questões da cibersegurança

Desenvolver um conjunto de iniciativas de produção e partilha de conhecimento e boas práticas de cibersegurança, que permita:

- O aumento da notoriedade e sensibilização para a temática da cibersegurança;
- O aumento da capacidade de interpretação e implementação das normas e regras de segurança já estabelecidas, junto de entidades que usam os meios digitais para as suas atividades;
- A capacitação do tecido empresarial e da Administração Pública para o desenvolvimento de estratégias de segurança digital nos seus negócios mantendo a adequada proteção dos seus dados empresariais.

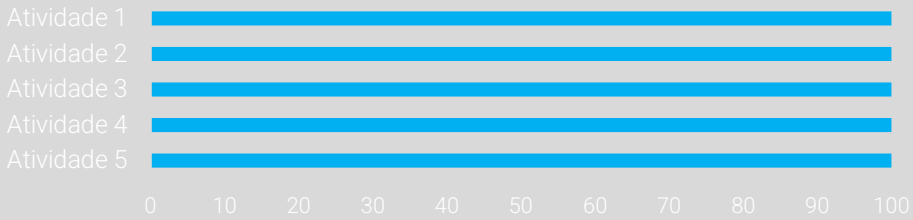
Esta aproximação permitirá ainda ao Gabinete Nacional de Segurança e ao Centro Nacional de Cibersegurança contactar com as necessidades e problemas atravessados pelo tecido empresarial e a Administração Pública na área da cibersegurança e suportar a adaptação dos seus procedimentos.

Atividades macro

1. Elaborar um diagnóstico das áreas identificadas com maior necessidade aprofundamento.
2. Realizar sessões de esclarecimento com públicos específicos (empresários de diferentes áreas, empreendedores, cidadãos em geral) para "traduzir" os referenciais existentes sobre cibersegurança, bem como capacitação e adoção de práticas em defesa das ciberameaças, permitindo detetar, atenuar e recuperar situações de vulnerabilidade.
3. Apresentação de resultados no encontro nacional - Cybersecurity days - CDAYS 2022.
4. Participação no Fórum de Cibersegurança da Administração Pública.
5. Avaliação dos resultados obtidos por via da atualização do diagnóstico realizado (ativ.1), identificação de novas áreas de atuação.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



Foi publicado, em dezembro de 2021, o Relatório Sociedade 2021. A 3ª edição, analisa os dados sobre atitudes, comportamentos, educação e sensibilização face à cibersegurança. Tem como novidade o destaque de alguns indicadores correlacionados com possíveis impactos da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço; um novo capítulo sobre os usos das tecnologias digitais em geral; o aprofundamento do inquérito sobre as ações de sensibilização; e um conjunto de recomendações.

Entre janeiro de 2021 e 31 de março de 2022, foram realizadas diversas ações de sensibilização sobre diversas temáticas relacionadas com a Cibersegurança e de "tradução" dos referenciais existentes nesta área: Cursos Gerais de Cibersegurança, Cursos Gerais de Ciberhigiene, Ações de Sensibilização em Cibersegurança para diversos públicos, Roadshow Nacional 2022 (consiste na realização de várias sessões de sensibilização deslocalizadas por todo o País sobre o Enquadramento relativo ao Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e respetiva regulamentação referida no Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho), MOOCs sobre Cibersegurança, entre outras. No seu conjunto, estas iniciativas de sensibilização alcançaram cerca de 7000 cidadãos e os MOOCs mais de 37000 participantes.

O Fórum de Cibersegurança da Administração Pública (FCSAP), realizou-se no dia 7 de junho de 2022, uma iniciativa do Centro Nacional de Cibersegurança.

Compromisso 7

Reforçar a transparência através do reforço do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)

Contribuir para o aumento de notoriedade e implementação eficaz do RCBE:

- Dinamizando iniciativas que aumentem o conhecimento e notoriedade da sua existência;
- Divulgando o apoio na concretização do mesmo;
- Contribuindo para a identificação de outras fontes de dados públicos que permitam criar inteligência e alarmística;
- Adotando procedimentos que permitam incentivar maior transparência e escrutínio público.

Atividades macro

1. Implementação do Beneficial Ownership Data Standard, ou similar, para garantir que o acesso ao RCBE se faz de acordo com as melhores práticas internacionais em matéria de acesso à informação de natureza pública e dados abertos.
2. Desenvolver uma campanha de sensibilização dirigida às entidades obrigadas sobre a indispensabilidade de registo dos seus beneficiários efetivos, informando sobre a utilidade social do RCBE e instruindo sobre o funcionamento do mecanismo de registo para que todas as entidades o consigam realizar com o máximo de autonomia.
3. Estabelecer a ligação do RCBE a outras fontes de dados públicos, como por exemplo o Portal de Contratos Públicos (Base.gov).

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação

Foi criado, disponibilizado e divulgado um guia de procedimento RCBE.

Disponibilizado o guia em:

https://justica.gov.pt/Guias/guia-do-registo-central-do-beneficiario-efetivo-rcbe

Divulgado:

https://www.linkedin.com/company/instituto-dos-registos-e-donotariado/posts/?feedView=images

Compromisso 8

Incrementar a transparência e a prevenção da corrupção na implementação do PRR e na aplicação de fundos públicos

Fomentar a monitorização transversal e simplificada das fontes de informação existentes contribuindo para a sua evolução e inteligibilidade no sentido de:

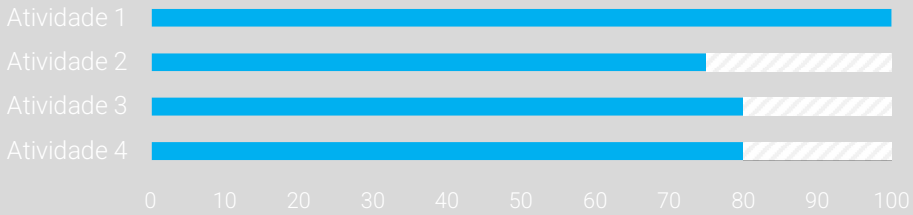
- responsabilização dos decisores políticos e as instituições públicas;
- prevenção dos desvios e da corrupção;
- incremento da confiança dos cidadãos e das empresas

Atividades macro

1. Incorporar no Portal Mais Transparência toda a informação sobre os investimentos públicos nas diferentes áreas de execução do PRR, incluindo os valores de execução, beneficiários e fornecedores.
2. Desenvolver uma campanha de comunicação e sensibilização focada nas funcionalidades do Portal Mais Transparência dirigida a diferentes públicos, promovendo a sua utilização.
3. Promover o desenvolvimento de ferramentas de monitorização cívica para prevenir a corrupção, nomeadamente *dashboards* de visualização de dados de contratação pública e a implementação de Pactos de Integridade, pelas autoridades gestoras dos fundos.
4. Ligar o Portal Mais Transparência a outras fontes de dados, como o Portal Base, de forma automática e acessível ao utilizador não especializado.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



A 22 dezembro foram disponibilizados, no portal, os dados dos beneficiários e projetos.

No âmbito do acompanhamento do PRR foi criada a Comissão Independente para o acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública (CIMEC), que semestralmente envia recomendações sobre a tramitação de procedimentos.

É possível, através do portal, ver os contratos que se encontram no portal base, através de um redireccionamento direto.

Open Gov Week 2023 – Webinar dedicado ao Portal Mais Transparência, dados abertos. Cerca de 160 participantes.

WS previstos para julho.

Portal Mais Transparência serve de fonte em diversos conteúdos mostrados na comunicação social.

Compromisso 9

Promover a cidadania através do reforço do acesso à informação (+Informação +Cidadania)

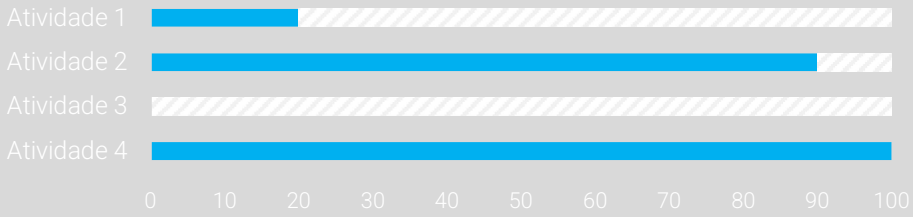
O compromisso visa promover, junto do Cidadão, o acesso à informação sobre o SIOE e potenciar a implementação da Lei 26/2016, de 22 de agosto.
Neste sentido, incrementar o volume e a qualidade de informação acessível ao Cidadão para salvaguardar o seu direito basilar de acesso à informação.

Atividades macro

1. Determinar a identificação de todos os responsáveis pelo acesso à informação administrativa e ambiental nos websites institucionais de todas as entidades públicas elegíveis.
2. Desenvolver uma campanha de sensibilização sobre a LADA e boas práticas de disponibilização da informação junto de públicos diferenciados, incluindo os agentes públicos.
3. Desenvolver uma campanha de comunicação focada nas funcionalidades do SIOE, especialmente dirigida a escolas e instituições de Ensino Superior, promovendo a sua utilização pelo público mais jovem.
4. Garantir que o interface do SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado é melhorado de acordo com os desenvolvimentos reportados pela DGAEP aquando da implementação do compromisso #5 inscrito no I PNAA.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



A comunicação que as entidades fazem à CADA sobre a designação de responsável por acesso a informação é realizada de forma voluntária; em geral, decorre de informação sequente de queixa por recusa de acesso ou de pedido de parecer por parte das entidades sobre a decisão a tomar perante pedidos de acesso. Presentemente, existem 186 entidades registadas.

A CADA esteve e está sempre disponível para participar em campanhas de sensibilização sobre a LADA, tais campanhas poderiam ter uma dupla dimensão:

- A de dar a conhecer aos particulares (cidadãos e empresas) o seu direito de acesso à informação administrativa, que é um direito fundamental;
- A de sensibilizar as entidades às quais se aplica a LADA para o dever de ser facultado o acesso.

Desde 2021 foram realizadas ações de sensibilização sobre o LADA em colaboração com diversas entidades.

REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

ESTATUTOS E ALARGAMENTO DE REDE

REVISÃO DOS ESTATUTOS E ALARGAMENTO DA REDE

- Simplificar os estatutos
- Corrigir algumas situações
- Membros temporários na RNAA

Open Government Partnership Portugal

III PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

FASE DE COCRIAÇÃO

OGP – RNAA | DESENVOLVIMENTO E COCRIAÇÃO DO III PLANO DE AÇÃO

Open Government Partnership Portugal

DESCOBERTA

Instrumentos de análise:
- Recomendações IRM II PANAA;
- Reclamações e queixas da provedoria da justiça;
- Resultado do roadshow ANJE;
- Outros a definir.

Sessões de abertas de diagnóstico.

Resultado esperado:
Identificação das áreas de problema.

CRIAÇÃO

Policy scan entre problemas identificados e estratégias a definir.

Sessões de geração cocriação dos compromissos acompanhadas pelas áreas de governo.

Formulário de submissão de propostas de compromisso

Resultados esperados:
Geração de propostas de compromissos.

CONCEÇÃO

Seleção dos compromissos.

Definição dos compromissos, atividades macro e métricas em colaboração entre as entidades executoras, RNAA e outros parceiros identificados.

Resultados esperados:
Alinhamento e construção partilhada de compromissos.

ENTREGA

Consulta pública dos compromissos.

Integração das entidades executoras por inerência na RNAA.

Resultados esperados:
Publicação do III PANAA.

OGP – RNAA | OPEN GOV WEEK | 8 – 12 MAIO

Propostas dos parceiros

- PASC | "Os desafios da Administração Aberta em países de Língua Portuguesa"

Encontro público por videoconferência entre os OGP de Portugal, Brasil e Cabo Verde, com a presença do Secretário Geral da CPLP e dos restantes países de língua portuguesa que ainda não aderiram ao OGP, para apresentar e debater as estratégias e as dinâmicas dos 3 países no que se refere à Administração Aberta.

- PASC e AMA | "3º Workshop de Administração Aberta"

Workshop presencial, para o diagnóstico atual da situação e levantamento de possíveis áreas temáticas do III PANAA.

AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Open Government Partnership Portugal

AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

OGP Portugal
ogp@ama.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA